

Internautas, Nacionalistas, Monstros e Ciborgues: no limiar das regiões fronteiriças

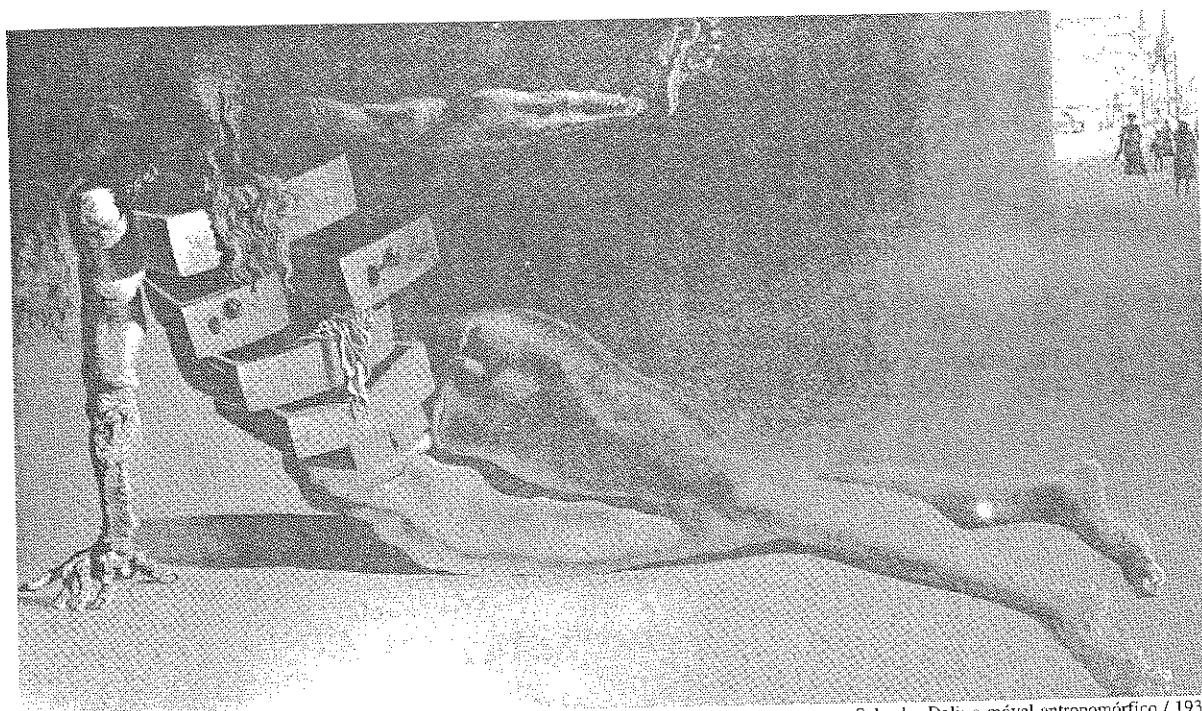
Um estudo de caso acompanhado de um desencadeamento histórico

José Isaías Venera

Professor do CEHCOM – Univali.
Mestrando em Educação pela Univali.

“Vampiros, enterro, morte: enterre o cadáver onde a estrada se bifurca, de modo que quando ele se erguer do túmulo não saberá que caminho tomar. Crave uma estaca em seu coração: ele ficará pregado ao chão no ponto de bifurcação, ele assombrará aquele lugar que leva a muitos outros lugares, aquele ponto de indecisão. Decapite o cadáver, de forma que, acéfalo, ele não se reconheça como sujeito, mas apenas como puro corpo.”

Jeffrey Jerome Cohen¹



Salvador Dalí: o móvel antropomórfico / 1936

Resumo

O artigo circula em três questões distintas (ciberspaço, nacionalismo e identidade) que, cruzadas, permitem estabelecer uma ligação intrínseca entre as novas tecnologias, em específico o uso da internet, com o cenário social.

Abstract

This article deals with three different issues (cyberspace, nationalism, identity), whose cross-linking establishes an intrinsic relationship between new technologies, particularly the Internet, and the social scene.

Introdução

Nas duas últimas décadas, o mundo vivenciou mudanças significativas na política dos Estados Nacionais e nas relações econômicas e culturais. 1989 pode ser considerada uma data que marcou uma mudança, uma ruptura pela forma de com-

prender o homem e suas relações sociais, “um ano em que coincidiram a derrubada dos regimes do chamado ‘socialismo real’ do leste da Europa, o recrudescimento do assalto às interpretações de esquerda da Revolução Francesa por ocasião do seu bicentenário, a publicação do artigo de Fukuyama sobre o fim da história e a do debate

¹ COHEN, Jeffrey Jerome, A cultura dos monstros: sete teses. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.) *Pedagogia dos monstros. Os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 26.

entre 'velha e nova história'¹. Mudanças que, no mínimo, falam de uma crise epistemológica, de metanarrativas que não deram conta de explicar as relações humanas; a insuficiência dos pressupostos modernos. A velha utopia, as narrativas universalizantes, a concepção de emancipação humana, o desencadeamento histórico na perspectiva da superação perderam sua força e colocaram em xeque os pilares da modernidade. Essa é, entre tantas, uma grande crise deste século!

De sujeitos centrais em todas as ciências passamos para a condição de um produto, de algo que se constrói no interior do discurso e no desencadeamento histórico. Portanto, "nenhum ponto fixo, nenhuma substância, nenhuma essência, nenhuma origem, nenhum centro. Apenas linhas, fluxos, intensidade, energia, conexões, combinações".² O que leva Deleuze e Guattari afirmarem que "não há sujeito, há apenas agenciamentos coletivos de enunciação"³. Um ciborgue requerendo seu espaço ou, então, um



monstro sendo costurado em regiões fronteiriças. Haraway apresenta o ciborgue sendo "uma matéria de ficção e também de experiência vivida".⁴ Para Foucault, o sujeito só é possível pelos artifícios da *linguagem*, se construindo no interior dos discursos⁵. É,

justamente, dos artifícios da linguagem, que também (a linguagem) pode ser vista como uma estrutura de ficção que ganha corpo em um local, no espaço onde ela funciona, nas relações sociais, onde ocorre a experiência e que se desencadeiam monstros de um lado e vestígios de um pós-hu-

mano de outro.

Então, peguemos como exemplo as novas tecnologias voltadas para a comunicação por, justamente, desencadear um movimento intenso que tem afetado o comportamento e as relações interpessoais em números exorbitantes e que tem caracterizado o que Castells chama de "a sociedade em rede"⁶. De alguma forma essas mudanças, impulsionadas principalmente pelo fator econômico, ressaltam, com mais nitidez, o que chamamos de globalização; um processo que torna condição vital o relacionamento de pessoas de diferentes países e culturas. Mudanças que afetam todo o comportamento social. Mas, em que medidas o chamado *mundo novo* tem alterado os movimentos sociais?

Navegar no ciberespaço pode ser uma surpresa. Onde não há limites territoriais, onde não é preciso registro de cidadania e outros atributos que nos prendem em um local com seu estatuto estabelecendo os direitos e deveres de cada um, é nítida uma forte retomada às identidades. É neste momento que a criação enfrenta o criador; o monstro (Frankenstein) vai ao pai, o replicante (de Blade Runner) se volta contra seu criador. Castells fala da *sociedade em rede* sendo "caracterizada pela globalização das atividades econômicas decisivas do ponto de vista estratégico"⁷, mas com a revolução tecnológica "a transformação do capitalismo e a derrocada do estatismo, vivenciamos no último quarto do século o avanço de expressões poderosas de identidade coletiva que desafiam a globalização"⁸. A identidade se apresenta como discussão central e a internet torna-se um instrumento de movimentos sociais como de "ambientalistas internacionais, *zapatistas* mexicanos"⁹, etc., mas também um instrumento de revivificar velhas noções de identidade como a partir do nacionalismo.

Páginas virtuais na malha do nacionalismo

Com intenção de refletir sobre essas questões, um site nacionalista que remonta idéias que marcaram comportamentos políticos e culturais no

1 FONTANA, Josep. *História depois do fim da história*. Bauru: Edusc, 1998, p7.

2 SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.) *Pedagogia dos monstros. Os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 17.

3 DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Kafka: por uma literatura menor*. Rio de Janeiro: Imago, 1977, p.28.

4 HARAWAY, Donna J. Manifesto ciborgue: tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. (org.) Tomaz Tadeu da Silva. *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 44.

5 Foucault nos faz refletir em uma possível sociedade onde a "produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade". Neste sentido, o discurso, em uma perspectiva lingüística, caracteriza o processo de construção do mundo social no qual e pelo qual o sujeito é produzido. FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996, p.6.

6 CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura*. (vol. 2). São Paulo: Paz e Terra, 2000, p.17.

7 Idem, p. 17.

8 Idem, p. 18.

9 Idem, p. 18

Brasil, nas primeiras décadas do século XX, pode trazer, para esta discussão, o peso da representação social para o uso na internet. O site, juventudenacionalista.hpg.com.br, abre sua página com um texto, no mínimo, contraditório e que se apresenta enraizado em outros movimentos nacionalistas.

“Esta página, bem como o Nacionalismo, não professa nenhuma restrição racial, bem como credo religioso (...)

Qualquer ação de violência psicológica ou física, ilegal, que use o rótulo desta Página, movimento ou idéias, deve ser encarado como Falsidade Ideológica, visto que NÃO defendemos atos primitivos ou Teses que não estão de acordo, perante as leis de nosso país (...)

Pedimos inclusive aos internautas, que denunciem qualquer expressão de idéias que desrespeitem o ser humano (...)

Então, é com um tom de denúncia que o artigo se estrutura. Na página secundária, encontramos a seguinte frase: “precisamos é de uma UNIÃO NACIONAL, com brasileiros de todas as raças unidos em prol e pela defesa da Pátria Amada, todos juntos colaborando para o seu engrandecimento!”. Quando se fala em união logo vem um sentimento de harmonia. Mas, estas expressões no Brasil têm histórias que compõem práticas autoritárias. Podemos nos remeter ao nacionalismo, na era Vargas, que buscava uma consciência nacional, para defender a soberania do país. Mas o que representa uma consciência nacional, ou uma identidade nacional? Identidade é o termo mais apropriado, neste caso. Identidade traz à tona a diferença com o outro. No cenário de Vargas podemos falar, em perspectiva sociológica, em *identidade legitimadora*, considerando que parte de instituições dominantes objetivam racionalizar “sua dominação em relação aos atores sociais”¹⁰.

Monstros à vista: identidade nacional e a educação nas primeiras décadas do Século XX

Temos vivenciado, nos últimos anos, um bombardeio de discursos sobre ser brasileiro. As campanhas sobre *Brasil 500 Anos* mobilizaram a mídia em seus variados segmentos. Grande parte desse bombardeio segue um movimento de dominação, justamente por legitimar, como descreve Marilena Chauí, “o mito fundador”¹¹. O que nos permite deslocar o olhar para outro período histórico, ob-

servar determinada formação discursiva, que vão dar corpo específico a determinado nacionalismo e, ao mesmo tempo, fazer possíveis ligações entre outros períodos. Assim, o texto se propõe olhar para o passado a partir de algumas referências teóricas contemporâneas para lidar com a cultura, com a identidade e, sobretudo, com o “sujeito”.

Já, na história do Brasil, temos, desde o início da República, várias ações que caracterizaram a tentativa de construir uma história que substituísse a imperial. Era a necessidade de produzir a diferença para, justamente, construir uma identidade. Nas primeiras décadas deste século, o discurso ufanista cultuou a idéia de nação (amor à pátria) e, em Santa Catarina, esse sentimento encontrou força expressiva: eram propagados de diversas formas e entre elas, quero ressaltar, os cadernos de leituras usados nas escolas para cumprir uma tarefa educacional. Com a crença de que uma “boa educação forma um bom cidadão”, o projeto educacional e social do governo de Santa Catarina, a partir da década de 20, iniciou um movimento de revivificação do pensamento nacionalista brasileiro. Esse processo teve destaque na elaboração de uma Cartilha Popular e de quatro cadernos de leitura (Série Fontes)¹², que foram publicados entre a década de 20 e 50,

**“nenhum ponto
fixo, nenhuma
substância, nenhuma
essência, nenhuma
origem,
nenhum centro.
Apenas linhas,
fluxos, intensidade,
energia, conexões,
combinações”**

e neles os ideais da época estavam escritos em prosa e em versos que levariam crianças ao ato da leitura, considerando que o material era de uso obrigatório em todas as escolas públicas do Estado. Neles, as palavras de ordem, moral, dever, trabalho e pátria faziam parte do vocabulário dos pequenos textos que tinham a pretensão de desenvolver um “bom espírito”. A importância de amar a pátria, a família, de ter respeito aos velhos e antepassados, ter amor fraternal eram algumas virtudes que deveriam fazer parte de um “bom cidadão”.

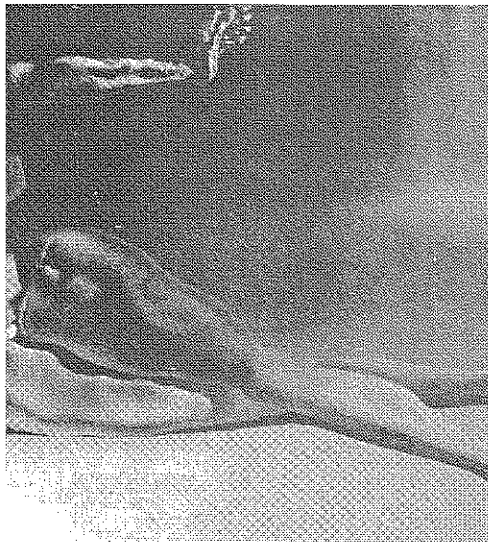
A tentativa de produzir uma identidade nacio-

10 CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura*. (vol. 2). São Paulo: Paz e Terra, 2000, p.24.

11 CHAUI, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. Para a autora o “mito fundador oferece um repertório inicial de representações da realidade e, em cada momento da formação histórica, esses elementos são reorganizados tanto do ponto de vista de sua hierarquia interna (...) como da ampliação de seu sentido”. (p. 10).

12 Exemplares da Série Fontes podem ser consultados através do Arquivo Histórico de Itajaí – Fundação Genésio Miranda Lins.

nal vinha sendo elaborada, mas é a partir do movimento militar de 30 que as ações são mais enérgicas. Em 1930, Getúlio Vargas anunciava um “programa de reconstrução nacional”, criando o Ministério da Instrução e Saúde Pública, “cujas tarefas seriam o saneamento moral e físico através de uma ‘campanha sistemática de defesa social e educação sanitária’, e a difusão intensiva do ensino público através de um ‘sistema de estímulo e colaboração direta com os Estados’”.¹³ Seguindo essa proposta, a educação ocupa um lugar importante nos discursos oficiais. A importância da educação como suporte para construção de uma identidade nacional e formadora do perfil do “bom cidadão” vai se estruturando na medida em que acentua o caráter autoritário do regime. Como José Silvério Baía Horta expressa, “ao mesmo tempo, ao nível da legislação, estes temas evoluíram sempre no mesmo sentido: colocar o sistema educacional a serviço da implantação da política autoritária”.¹⁴



Em 37, com o Estado Novo, o nacionalismo no país ganhou um corpo mais estruturado sendo decisivo para o fortalecimento e implantação de medidas, através de leis, que dessem seqüência aos ideais da época. Momento em que os dirigentes políticos acreditavam que

a “homogeneidade lingüística e a unidade sócio política” eram fatores determinantes na “evolução histórica dos povos”.¹⁵ Em 1938, o governador do Estado, Nereu Ramos, fortaleceu o projeto de nacionalização criando leis que tornaram obrigatório o ensino de Língua Portuguesa e proibiram a criação de escolas com nomes estrangeiros.

A tentativa de impor uma educação escolar que se enquadrasse aos objetivos da época desenvolveu todo um cenário próprio que caracterizou um período das propostas educacionais do Brasil e, de forma acentuada, em Santa Catarina. O impacto da educação em uma sociedade heterogênea, não somente em nível estadual, mas formado por uma diferença cultural nos próprios municípios, em específico em Itajaí¹⁶, causou atos de resistência, demarcou práticas autoritárias, resultou no fechamento de escolas, impulsionou famílias a idealizarem o arquétipo de um “bom cidadão” e, desse modo, ressaltou o diferente que passa a ser excluído.

O estranho é que no século XIX os imigrantes faziam parte de um projeto, entre outros, de embranquecimento da raça¹⁷. Mas a partir do momento que intelectuais e políticos precisavam de uma referência, de uma identidade, as fronteiras com o outro deveriam ser estabelecidas, leia-se criadas. Os efeitos dessa construção identitária é que nos interessa, ou melhor, os caminhos trilhadados para construir um imaginário nacional.

Referente às escolas, somente em 1939, 89 escolas particulares foram fechadas¹⁸ no Estado e um dos motivos era ser estrangeiro ou ao menos descendentes que mantinham traços peculiares de sua cultura, assim como a língua. Eles eram, com frequência, chamados de alienígenas e os grupos formavam “centro de divulgação e irradiação de ideais alienígenas”¹⁹. Cohen nos lembra que as classificações ou descrições “transformam as pes-

13 HORTA, José Silvério Baía. *O hino, o sermão e a ordem do dia: educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994. p.1 (introdução).

14 Idem, *ibidem*. p. 2 (introdução).

15 FIORI, Neide Almeida. *Aspectos da evolução do ensino público. Ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano*. Florianópolis: Secretaria da Educação, 1975. p.133.

16 Ver livro: SEVERINO, José Roberto. *Itajaí e a identidade açoriana: a maquiagem possível*. Itajaí: Univali, 1999. O autor, entre outras questões que envolvem a diferença cultural em Itajaí, escreve sobre uma escola alemã (p. 77) em Itajaí, justamente para contrapor com o teatro, como sugere a capa do livro, que pretende legitimar a invenção da identidade açoriana no município. Além desta referência, no relatório, de 1934, do Inspetor das Escolas Subvencionadas, João dos Santos Areão, cita a Associação Teuto-brasileira que mantém a escola alemã. Nas palavras do inspetor “essa associação mantém na cidade de Itajaí um colégio onde é ensinado o alemão. (...) Esse colégio difere dos demais, por ter uma organização menos completa. Possui três classes, cada uma com um professor. A matrícula é de 65 alunos, sendo que a percentagem de teutos é calculada em 85%” (p. 10).

17 Marilena Chauí, sobre este tema, comenta que para “evitar a degeneração da nova raça mestiça, será preciso estimular seu embranquecimento, promovendo a imigração européia.” (p.49). CHAUI, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000. Uma outra leitura sobre esta discussão é levantada por Luiz Felipe. Seguindo ele, “a atração de imigrantes procedentes da Europa era motivada por diversos fatores, como o interesse em iniciar um processo de substituição da mão de obra escrava, uma vez que o tráfico de africanos afigurava-se cada vez mais problemático devido às pressões inglesas; a preocupação em povoar o território na proximidade de regiões fronteiriças ou de freqüente conturbação política militar (...)” (p. 49). FALCÃO, Luiz Felipe Falcão. *Entre o ontem e amanhã: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX*. Itajaí: Univali, 2000.

18 Relatório do Departamento de Educação do Estado de Santa Catarina apresenta ao Exmo. Sr. Dr. Secretário dos Negócios do Interior e Justiça - Dr. Ivo d’Aquino. As escolas eram fechadas por não poderem cumprir o Decreto-lei n. 88.

19 BETHLEM, Hugo. *Vale do Itajaí: jornadas de civismo*. J. Olympio, 1939, p. IX.

soas e grupos em monstros”²⁰ seja pela diferença de raça, política, cultural, etc. Isto nos faz aderir, definitivamente, à identidade e à diferença como um processo de produção. Para Tomaz Tadeu da Silva “elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental” e ele ainda afirma: “somos nós os fabricantes, no contexto das relações culturais e sociais”²¹.

Além deste motivo, outros itens eram determinantes. No Decreto-Lei n. 88, de 31 de março de 1938, no Art. 2º, diz: “Nenhum estabelecimento particular de ensino poderá funcionar no Estado, sem prévia licença do Secretário do Interior e Justiça”²². O problema é que o processo que se desencadeava para a regularização de um estabelecimento ia de encontro à fabricação de uma identidade nacional, sendo que, no Art. 4º, podemos mapear um item deste processo: é preciso “prova de serem brasileiros natos os professores de língua nacional, geografia, história da civilização e do Brasil e de educação cívica e moral, em todos os cursos”²³. Ou seja, se nas cidades formadas por núcleos étnicos que não eram aceitos pela política nacional e Estadual, automaticamente, as escolas particulares que atendiam às necessidades daqueles grupos eram fechadas. Os monstros são “identificados, as ações são justificadas mais objetivamente e os efeitos das ações detalhadamente apontados”²⁴.

Juventude nacionalista na contramão da diferença

Por mais autoritário que possa ser qualquer nacionalismo, ele continua produzindo ideais e despertando sentimentos. Na página *juventude nacionalista*, em um outro texto, o autor desabafa:

“Vi no programa Fantástico há algum tempo atrás uma reportagem sobre as comunidades estrangeiras no BRASIL, que são várias, de vários países. (...) Uns vieram no início do século, outros vieram antes e durante a Segunda Guerra à procura de riquezas e uma vida melhor (...)

(...) na reportagem sobre a colônia da Ucrânia, numa escola local onde só fala ucraniano, já ferindo a constituição, que diz que a língua a ser ensinada nas escolas, primeiro é a língua

portuguesa, o repórter perguntou se eles se sentiam mais BRASILEIROS ou mais ucranianos? e a resposta foi lógica: ucranianos; agora eu te pergunto, que compromisso esses futuros cidadãos vão ter com o país, será que precisamos de pessoas com esse pensamento aprendendo desde cedo a amar outra pátria que não seja a que lhes estendeu a mão quando eles mais precisavam?

(...)

Mas há uma coisa que eu queria deixar claro, não prego de forma alguma o racismo nem discriminação (...)

Esse processo para definir a nação, em que a língua é apresentada como um forte elemento, era compreendido por historiadores e por teóricos políticos já no século XIX e início do século passado e eram inspirados principalmente por Ernest Renan que definia cinco tópicos: “a raça, a língua, a religião, a comunidade de interesse e a geografia”²⁵. Se aprofundarmos um pouco cada um desses cinco itens, perceberemos que eles não se sustentam. Citaremos como exemplo, somente o item a raça, pelo qual João Alexandre Barbosa cita a própria concepção de Renan que a põe em xeque:

“não há raça pura e que faz repousar a política sobre

a análise etnográfica é fazê-la se apoiar sobre uma quimera. Os mais nobres países, a Inglaterra, a França, a Itália, são aqueles onde o sangue é mais misturado. Neste sentido, a Alemanha é uma exceção? É ela um país germânico puro? Que ilusão! Todo o sul foi gaulês. Todo oeste, a partir do Elba, é eslavo. E as partes que se pretendem realmente puras, o são com efeito? Tocamos aqui num dos problemas so-

**Os monstros são
“identificados,
as ações são
justificadas mais
objetivamente
e os efeitos
das ações
detalhadamente
apontados**

20 COHEN, Jeffrey Jerome, A cultura dos monstros: sete teses. SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.) *Pedagogia dos monstros. Os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 39.

21 SILVA, Tomaz Tadeu. *Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: RJ, 2000, p. 76.

22 ROCHA, Sebastião de Oliveira. *Relatório do Departamento de Educação do Estado de Santa Catarina apresentado ao Exmo. Sr. Secretário dos Negócios do Interior e Justiça, Dr. Ivo d’Aquino. 1939, p.59.*

23 Idem.

24 DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault. Uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 1995, p. 5 e 6.

25 Renan e o conceito de Nação. *Cult. Revista brasileira de literatura*. Ano III, n. 35, julho de 200, p. 12.

26 BARBOSA, João Alexandre. Renan e o conceito de Nação. *Cult. Revista brasileira de literatura*. Ano III, n. 35, julho de 200, p. 12.

bre o qual mais importa em ter idéias claras e evitar mal-entendidos.”²⁶

Voltando à década de 30, temos no Decreto-Lei 301 em que várias considerações apresentadas via governo nacional fazem com que o interventor do Estado, Nereu Ramos, decrete suas medidas referentes ao projeto de nacionalização:

“Considerando que a Constituição da República estabelece a obrigatoriedade do ensino primário como meio de educar a infância e a juventude no cumprimento de seus deveres para com a economia e a defesa da Nação; (...) [é preciso] exercer contínua vigilância e tutela eficaz, para que o espírito da criança seja impressionado e guiado por ensinamentos (...); que interessa à construção moral da Nação e a seu equilíbrio político (...)”

Podemos observar, nesta citação, que foi atribuído à Nação qualidade de sujeito da ação. É possível esta afirmação porque o termo *construção* não está implicado à invenção, mas como algo

original que está sendo desenvolvido e é, em nome da Nação que as medidas são tomadas. A partir desse entendimento, medidas deveriam ser tomadas para que o povo brasileiro pudesse ter uma suposta *consciência* de sua identidade e um dos caminhos seria uma

educação eficaz.

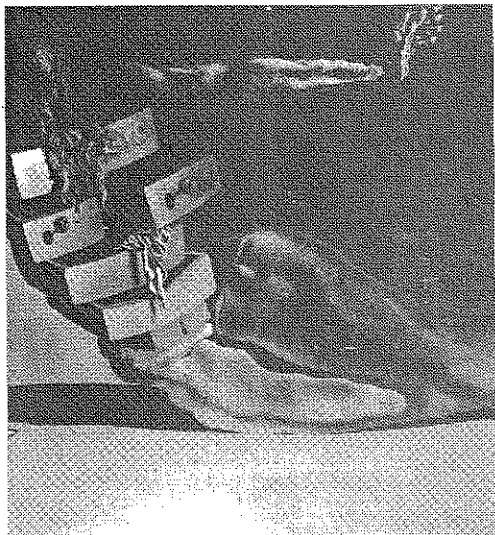
Concordando com Benedict Anderson, que a nação é “uma comunidade politicamente imaginada – e imaginada como implicitamente limitada e soberana”²⁷, sendo assim, os critérios que definem o Estado enquanto nação passariam pela

valorização de elementos que deveriam ser ressaltados. Esses elementos ganhariam, no processo de construção da nação, um valor simbólico que se misturaria com o processo de identificação do sujeito. Para o Estado, este processo é determinante para considerar quem seria cidadão brasileiro. Assimilando a compreensão de Anderson e agregando outros elementos, Falcão, no livro *Entre ontem e amanhã*, descreve que a nação é, também, um “fenômeno histórico moderno, que ela implica em ‘funções’ e ‘escolhas’ sobre suas origens e trajetórias elaboradas no seio de uma esfera pública política, e que ela é incessantemente recriada, adquirindo sempre novos conteúdos e significados”²⁸.

Neste processo, que se dá de forma arbitrária, para desenvolver uma identidade para a nação, a escola passa a ganhar papel de destaque. Sua tarefa é de construir a alma²⁹ do povo brasileiro. Para isso, o art. 4 do mesmo decreto estabelece que “os pais ou outros representantes legais são obrigados a promover a matrícula e a frequência das crianças em idade escolar”. Caso o artigo não seja cumprido e as justificativas não sejam aceitas, o processo punitivo se daria através de multas. A não matrícula e as faltas na escola eram seguidas de uma série de punições que estão especificadas no art. 5. Para a vigilância e execução deste decreto são ordenados “a) aos inspetores escolares; b) aos diretores e professores de Grupos Escolares; c) aos auxiliares de inspeção; d) aos professores de escolas isoladas; e) aos exatores da fazenda estadual, nos casos dos arts. 14 e 17; f) aos promotores públicos, nos termos do art. 9”.

Então, observamos que a identidade e o seu controle passa por um processo em construção, traçamos também a noção de *etnicidade*³⁰ que pode ser entendida nos mesmos termos. Sendo assim, o Estado-nação só é possível relacionando sentimentos fabricados em uma construção social que ganha corpo no tempo.

Se entre os anos de 30 a 45 os governantes da nação vêem os imigrantes como uma ameaça e são denominados como alienígenas, hoje eles são,



27 ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989, p. 14.

28 FALCÃO, Luiz Felipe. *Entre ontem e amanhã. Diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX*. Itajaí: Univali, 2000, p. 41.

29 O termo *alma* neste texto se refere a concepção de Foucault. Para o autor a alma não é uma “ilusão, ou um efeito ideológico, mas afirmar que ela existe, que tem uma realidade, que é produzida permanentemente, em torno, na superfície, no interior do corpo pelo funcionamento de um poder que se exerce sobre os que são punidos (...), vigiados, treinados e corrigidos, sobre os loucos, as crianças, os escolares, os colonizadores, sobre os que são fixos a um aparelho de produção e controlados durante toda a existência. (...) Esta alma real e incorpórea não é absolutamente substância; é o elemento onde se articulam os efeitos de um certo tipo de poder e a referência de um saber, a engrenagem pela qual as relações de poder dão lugar a um saber possível, e o saber reconduz e reforça os efeitos de poder” (grifo meu). FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987. 28p.

30 Na perspectiva de Barth a *etnicidade* não se dá por elementos imutáveis de “traços culturais”, mas deve ser entendida como um processo “que provoca ações e reações entre este grupo e os outros em uma organização social que não cessa de evoluir”. LAPIERRE, Jean-William. Introdução. In: *Teoria da etnicidade: seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth*, São Paulo: Unesp, 1998, p.14. Para Barth “o mais grave de tudo é que ela nos induz a assumir a manutenção das fronteiras não é problemática e decorre do isolamento implicado pelas características itemizadas acima: diferença racial, diferença cultural, separação social e barreiras lingüísticas, hostilidade espontânea e organizada.” BARTH, Fredrik. *Grupos étnicos e suas fronteiras*. Idem, p. 190.

muitas vezes, a temática principal para desenvolver o turismo. Temos como exemplo as festas típicas, no mês de outubro, em Santa Catarina. Um corpo semântico traz novas texturas no que se refere à etnicidade. Mas isto não significa uma homogeneidade no lidar com a questão, muito pelo contrário. Assim como grupos pregam, ainda, um nacionalismo muito semelhante ao do início do século, outros rompem fronteiras em uma relação liberal transformando questões culturais em um produto de mercado e ainda, podemos citar um outro trato com esta questão que segue uma tendência desconstrucionista, ou seja, que vê a cultura sempre com uma construção, como um hibridismo, como um processo, como uma troca, uma negociação, uma reterritorialização, etc.

Considerações finais

Neste ensaio coube pensar o habitar na contemporaneidade a partir de discursos identitários em movimentos que podem ser vistos tanto na perspectiva da continuidade (a forma de lidar com o nacionalismo, mesmo que no presente ele ganhe uma nova dimensão) e em descontinuidade (pensando na emergência de diferentes movimentos sociais requerendo seu direito de voz).

Assim, lidar com um novo ambiente virtual (o ciberespaço) pode ser mais um ambiente de confronto, de lutas, local de resistência, justamente relacionando este espaço como uma extensão de nossas práticas. André Lemos descreve que hoje podemos entender o ciberespaço “à luz de duas perspectivas: como o lugar onde estamos quando entramos num ambiente virtual (realidade virtual), e como o conjunto de redes de computadores, interligadas ou não, em todo o planeta (BBS, videotextos, Internet...)”.³¹ Compreender o movimento ou o funcionamento do ciberespaço, a ligação entre o virtual e o uso que se faz deste novo ambiente, é crucial nesta nossa análise. Para Lemos, o ciberespaço não é desconectado da realidade mas, ao contrário, parte fundamental da cultura contemporânea. O ciberespaço é assim um complexificador do real.³² Para Pierre Lévy, o “ciberespaço é fruto de um verdadeiro movimento social, com seu grupo líder (a juventude metropolitana escolarizada)”.³³

É, justamente, desta conexão entre o ambiente

virtual e a realidade, que podemos lidar com estes novos espaços, frutos de um desenvolvimento tecnológico, como sendo a expressão viva de desejos, utopias, expressões que se somatizam diante de políticas internacionais, etc. Assim, podemos dar carne e sangue a algo que, olhando objetivamente, pode ser visto como sendo frio, sem sabor, sem vida. Nessa perspectiva encontra-se o site analisado.

Mesmo estando em um período de intensa globalização em diversos segmentos e com as crescentes quebras de *fronteiras*, movimentos opostos ganham forças desencadeando a necessidade de grupos se afirmarem enquanto sujeito nos novos cenários. Momento em que “novas identidades culturais e sociais emergem, se afirmam, apagando fronteiras, transgredindo proibições e tabus identitários, num tempo de deliciosos cruzamentos de fronteiras, de um processo de hibridização de identidade”,³⁴ mas em alguns casos a afirmação de uma possível identidade, ainda, passa pelas velhas noções de Estado-nação.

Como encontramos sites nacionalistas, encontraremos, também, sites que falam da discriminação sobre imigrantes. O movimento identitário não pressupõe regras que estejam além de um processo de identificação;

é isto que leva grupos opostos, intermediários e, assim por diante, a manifestar seu clamor em defesa de sua identificação. Este processo pode se dar por inúmeros caminhos. Maffesoli descreve que pessoas se filiam “a pequenos grupos por suas formas de vestir, por suas práticas sexuais, características que vão formar os microgrupos”³⁵ e, neste texto, a filiação se dará por uma postura política que, por consequência, resulta em comportamentos que fazem emergir valores e critérios no agir em coletivo.

“novas identidades culturais e sociais emergem, se afirmam, apagando fronteiras, transgredindo proibições e tabus identitários, num tempo de deliciosos cruzamentos de fronteiras, de um processo de hibridização de identidade”

31 <http://www.facom.ufba.br/pesq/cyber/lemos/estrcy1.html> - 17/11/2000 - 11h

32 Idem.

33 LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 1999, p. 123.

34 SILVA, Tomaz Tadeu. *O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 7.

35 MAFFESOLI, Michel. *No fundo das aparências*. Petrópolis: Vozes, 1996.

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- BARBOSA, João Alexandre. Renan e o conceito de Nação. *Cult. Revista brasileira de literatura*. Ano III, n. 35, julho de 2000.
- BETHLEM, Hugo. *Vale do Itajaí: jornadas de civismo*. J. Olympio, 1939.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura*. (vol. 2). São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Kafka: por uma literatura menor*. Rio de Janeiro: Imago, 1977.
- DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault. Uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 1995.
- FIORI, Neide Almeida. *Aspectos da evolução do ensino público. Ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano*. Florianópolis: Secretaria da Educação, 1975.
- FONTANA, Josep. *História depois do fim da história*. Bauru: Edusc, 1998.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- _____. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- HORTA, José Silvério Baía. *O hino, o sermão e a ordem do dia: educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- MAFFESOLI, Michel. *No fundo das aparências*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teoria da etnicidade: seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth*, São Paulo: Unesp, 1998
- ROCHA, Sebastião de Oliveira. *Relatório do Departamento de Educação do Estado de Santa Catarina apresentado ao Exmo. Sr. Secretário dos Negócios do Interior e Justiça, Dr. Ivo d'Aquino*. 1939.
- SEVERINO, José Roberto. *Itajaí e a identidade açoriana: a maquiagem possível*. Itajaí: Univali, 1999.
- SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Antropologia do ciborque: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- _____. *Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: RJ, 2000.
- _____. (Org.) *Pedagogia dos monstros. Os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- _____. *O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

Páginas na Internet

www.facom.ufba.br/pesq/cyber/leamos/estrey1.html
www.juventudenacionalista.hpg.com.br